



ESTADO DO PARANÁ  
LEGISLATIVO

Autor: DEPTº RAIMUNDA BETHÃO

Documento: PROJETO DE LEI Nº 0096/03-AL.

Protocolo nº 2482/03

Data: 04 / 11 / 2003.

Assunto: Altera o art. 2º da Lei nº 399, de 22 de dezembro de 1997, que institui o PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - PRV e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

Leitura: 05.11.03

Sessão Nº 87ª

Outras leituras:

COMISSÃO PERMANENTE

Comissão	Encaminhar à Comissão sob Rubrica	Prazo a vencer em	Parece nº	Relator	Recebido por
Comissão de Constituição, Justiça e Redação	Secretário Geral	/ /			
Comissão de finanças, Economia, Fiscalização Financeira, Orçamentária e Administração Pública	Secretário Geral	/ /			
Comissão de Educação, Saúde e Assist. Social, Abastecimento, Def. do Consumidor, Agric. P. Agrária e Meio Ambiente	Secretário Geral	/ /			
Comissão de Transportes, Obras, Públicas, Indústria, Comércio e Turismo, Minas e Energia, Ciência e Tecnologia	Secretário Geral	/ /			

OBS.: Retirado de Pauta em 04.03.04 (5ª S. Ord.)

Autor: DEPTE RAINHADA BAHIA

Documento: PROJETO DE LEI Nº 0096/03-AL.

Protocolo nº 2482/03

Data: 04 / 11 / 2003.

Assunto: Altera o art. 2º da Lei nº 309, de 22 de dezembro de 1997, que institui o PROGRAMA DE PENITENCIAMENTO VARIÁVEL - IPV e dá outras providências.

### TRAMITAÇÃO

Leitura: 05.11.03

Sessão Nº 87ª

Outras leituras: \_\_\_\_\_

#### COMISSÃO PERMANENTE

Comissão	Encaminhar à Comissão sob Rubrica	Prazo a vencer em	Parece nº	Relator	Recebido por
Comissão de Constituição, Justiça e Redação	Secretário Geral	/ /			
Comissão de finanças, Economia, Fiscalização Financeira, Orçamentária e Administração Pública	Secretário Geral	/ /			
Comissão de Educação, Saúde e Assist. Social, Abastecimento, Def. do Consumidor, Agric. P. Agrária e Meio Ambiente	Secretário Geral	/ /			
Comissão de Transportes, Obras, Públicas, Indústria, Comércio e Turismo, Minas e Energia, Ciência e Tecnologia	Secretário Geral	/ /			

ORs.: Retirado de Pauta em 04.03.04 (5ª S Ord.)



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



**TERMO DE ABERTURA**

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e três, na Secretaria Legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, autuei o Projeto de Lei nº 0096/03-AL, que segue em anexo, do que faço este termo. Eu, Darlene Rilda Pereira Rodrigues, servidora desta Secretaria, o subscrevo.

  
Assinatura



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



**TERMO DE ABERTURA**

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e três, na Secretaria Legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, autuei o Projeto de Lei nº 0096/03-AL, que segue em anexo, do que faço este termo. Eu, Darlene Rilda Pereira Rodrigues, servidora desta Secretaria, o subscrevo.

Darlene Rilda Pereira Rodrigues  
Assinatura





ESTADO DO AMAPÁ  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
Gabinete da Dep. Estadual Raimunda Beirão

**PROJETO DE LEI N.º 0096 /03-AL**

Altera o art. 2º da Lei nº 399, de 22 de dezembro de 1997, que institui o PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - PRV e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ,**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Artigo 2º da Lei nº 0399, de 22 de dezembro de 1997, que institui o Programa de Remuneração Variável -PRV, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O Programa de Remuneração Variável – PRV, será exercido pelos servidores de nível superior, médio e de auxiliares da área de saúde, pertencentes ao quadro de pessoal civil do Estado, inclusive os vinculados por contratação administrativa e os do Ex-Território Federal do Amapá à disposição do Estado.”

**Art. 2º** - O Poder Executivo do Estado regulamentará a presente Lei.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá - AP, 29 de outubro de 2003.

  
Deputada RAIMUNDA BEIRÃO  
PSDB



ESTADO DO AMAPÁ  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
Gabinete da Dep. Estadual Raimunda Beirão

**PROJETO DE LEI N.º 0096 /03-AL**

Altera o art. 2º da Lei nº 399, de 22 de dezembro de 1997, que institui o PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - PRV e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ,**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

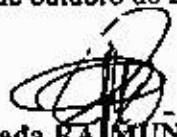
**Art. 1º** - O Artigo 2º da Lei nº 0399, de 22 de dezembro de 1997, que institui o Programa de Remuneração Variável -PRV, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O Programa de Remuneração Variável – PRV, será exercido pelos servidores de nível superior, médio e de auxiliares da área de saúde, pertencentes ao quadro de pessoal civil do Estado, inclusive os vinculados por contratação administrativa e os do Ex-Território Federal do Amapá à disposição do Estado.”

**Art. 2º** - O Poder Executivo do Estado regulamentará a presente Lei.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá - AP, 29 de outubro de 2003.

  
Deputada RAIMUNDA BEIRÃO  
PSDB



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



**PROJETO DE LEI Nº 0096/03-AL**

**DESPACHO**

Determino que seja incluído para leitura no Plenário, em conformidade com o estabelecido no art. 133 do RI:

Macapá - AP, 04 de novembro de 2003.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

**CERTIDÃO**

Certifico, cumprindo o que determina o Regimento Interno, que nas 87ª, Sessão Ordinária foi proferida a leitura do **Projeto de Lei nº 0096/03-AL**.

Macapá - AP, 04 de novembro de 2003.

\_\_\_\_\_  
1º Secretário



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

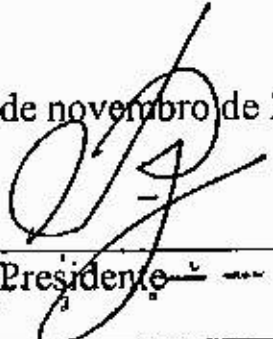


**PROJETO DE LEI Nº 0096/03-AL**

**DESPACHO**

**TERMO DE LEITURA**  
Determino que seja incluído para leitura no  
Plenário, em conformidade com o estabelecido no art.  
133 do RI: —

Macapá - AP, 04 de novembro de 2003.

  
Presidente

**CERTIDÃO**

Certifico, cumprindo o que determina o Regimento  
Interno, que nas 87ª, Sessão Ordinária foi proferida a leitura  
do Projeto de Lei nº 0096/03-AL.

Macapá - AP, 04 de novembro de 2003.

\_\_\_\_\_  
1º Secretário



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Ata da 87ª Sessão Ordinária da  
Assembléia Legislativa do Estado  
do Amapá, realizada no dia cinco de  
novembro de dois mil e três.

Aos cinco dias do mês de novembro do ano dois mil e três, às nove e quarenta minutos, no edifício sede da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá, situado na Avenida FAB s/nº, nesta cidade, sob a Presidência do Deputado Jaci Matos, Vice-Presidentência da Deputada Francisca Favacho, Secretária dos Deputados Souza e Roseli Matos, reuniu-se a Assembléia Legislativa do Estado do Amapá na Octogésima Sétima Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Quarta Legislatura. Feita a chamada e verificada a existência de "quorum", iniciou-se o expediente, com o Presidente autorizando a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem emenda. No Expediente do Dia foram lidas as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 0015/03-GEA, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e despesa do Estado para o exercício financeiro de 2004; Projeto de Lei nº 0096/03-AL, de autoria da Deputada Raimunda Beirão, que altera o art. 2º da Lei nº 0339, de 22 de novembro de 1997, que institui o Programa de Remuneração Variável - PRV e dá outras providências; Projeto de Lei nº 0097/03-AL, de autoria do Deputado Lucas Lima, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar o prazo de adesão ao PREFIS, instituído pela Lei 768 de 21 de julho de 2003; Requerimento nº 0330/03-AL, de autoria do Deputado Ruy Smith, requerendo ao Governador do Estado que autorize a Companhia de Saneamento do Amapá a instalação e manutenção de rede elétrica no final do Bairro Horizonte; Requerimento nº 0650/03-AL, de autoria do Deputado Eider Pena, requerendo à Mesa Diretora que encaminhe expediente à Presidente do SINSEPEAP para aprovar nesta Casa de Leis a Proposta do Estatuto do Magistério; Requerimento nº 0651/03-AL, de autoria do Deputado Eider Pena, requerendo que seja encaminhado expediente à Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Macapá para aprovar sobre o Relatório da Conferência que reuniu as propostas dos Municípios de Santana e Mazagão; Requerimento nº 0652/03-AL, de autoria do Deputado Alexandre Barcellos, requerendo ao Governador do Estado que autorize a Secretaria de Saúde a proceder aos procedimentos de equiparação dos plantões pagos aos médicos legistas com os médicos da rede pública do Estado; Requerimento nº 0653/03-AL, de autoria do Deputado Alexandre Barcellos, requerendo ao Governador do Estado que autorize a Companhia de Eletricidade do Estado do Amapá a reposição de luminárias na Avenida Braulino, no Bairro Zerão; Requerimento nº 0654/03-AL, de autoria do Deputado Randolfe Rodrigues, requerendo o encaminhamento de expediente aos Secretários da SEPLAN e SEFAZ, solicitando informações sobre as contas do FPE e a frequência de recursos do SUS, FUNDEF e AMPREV; Requerimento nº 0655/03-AL, de autoria do Deputado Randolfe Rodrigues, requerendo ao Governador do Estado que autorize aos Secretários da SEPLAN e SEFAZ o envio de informações sobre a frequência de Contas dos Recursos do FUNDEF; Requerimento nº 0656/03-AL, de autoria do Deputado Zezé Nunes, requerendo ao Presidente da Companhia de Água e Esgoto do Amapá a colocação de bueiros e abastecimento de água nas Ruas e Avenidas Manoel Fonte Nova, em Santana; Requerimento nº 0657/03-AL, de autoria do Deputado Zezé Nunes, requerendo ao Presidente da Companhia de Água e Esgoto do Amapá a colocação de canalização de esgoto na Avenida Tupiniquins, entre as Ruas Manoel Machado e Hamilton Silva, no Bairro do Beiró; Requerimento nº 0658/03-AL, de autoria do Deputado Zezé Nunes, requerendo ao Diretor Presidente do IBAMA o envio de relatório da atividade de exploração de madeira no Estado do Amapá; Requerimento nº 0659/03-AL, de autoria do Deputado Zezé Nunes, requerendo ao Secretário de Infra-Estrutura a drenagem do Canal do Perpétuo Socorro;

*Handwritten signatures and notes on the right side of the page, including a large signature that appears to be 'Ruy Smith' and another that says 'Quando for para...'*

*Handwritten signature at the bottom left corner.*

*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.*



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Ata da 87ª Sessão Ordinária da  
Assembleia Legislativa do Estado  
do Amapá, realizada no dia cinco de  
novembro de dois mil e três.

Aos cinco dias do mês de novembro do ano dois mil e três, às nove  
quarenta minutos, no edifício sede da Assembleia Legislativa do Estado do  
Amapá, situada na avenida FAB s/nº, nesta cidade, sob a Presidência do Deputado Jaci  
Ramos, Vice-Presidente da Deputada Francisca Favacho, Secretária dos Deputados  
Luiz e Roseli Matos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá  
na Oitogésima Sétima Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Quarta  
Legislatura. Feita a chamada e verificada a existência de "quorum", iniciou-se o  
Expediente, com o Presidente autorizando a leitura da ata da Sessão anterior, a  
qual foi aprovada sem emenda. No Expediente do Dia foram lidas as seguintes matérias:  
Projeto de Lei nº 0015/03-GEA, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e  
despesa do Estado para o exercício financeiro de 2004; Projeto de Lei nº 0096/03-  
AL, de autoria da Deputada Raimunda Beirão, que altera o art. 2º da Lei nº 0339, de 22  
de novembro de 1997, que institui o Programa de Remuneração Variável - PRV e dá  
providências; Projeto de Lei nº 0097/03-AL, de autoria do Deputado Lucas  
Barcellos, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar o prazo de adesão no PREFIS,  
previsto pela Lei 768 de 21 de julho de 2003; Requerimento nº 0330/03-AL, de autoria  
do Deputado Ruy Smith, requerendo ao Governador do Estado que autorize a Companhia  
de Saneamento do Amapá a instalação e manutenção de rede elétrica no final do Bairro  
Santana; Requerimento nº 0650/03-AL, de autoria do Deputado Eider Pena,  
requerendo a Mesa Diretora que encaminhe expediente à Presidente do SINSEPEAR, para  
que esta Casa de Leis a Proposta do Estatuto do Magistério; Requerimento nº  
0651/03-AL, de autoria do Deputado Eider Pena, requerendo que seja encaminhado  
ao Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Macapá para  
apreciar o Relatório da Conferência que reuniu as propostas dos Municípios de  
Santana e Mazagão; Requerimento nº 0652/03-AL, de autoria do Deputado  
Ruy Barcellos, requerendo ao Governador do Estado que autorize a Secretaria de  
Saúde a aquisição de equipamentos de equiparação dos plantões pagos aos médicos legistas com os  
plantões da rede pública do Estado; Requerimento nº 0653/03-AL, de autoria do  
Deputado Alexandre Barcellos, requerendo ao Governador do Estado que autorize a  
Companhia de Eletricidade do Estado do Amapá a reposição de luminárias na Avenida  
Maurício de Lacerda, no Bairro Zerão; Requerimento nº 0654/03-AL, de autoria do  
Deputado Randolfe Rodrigues, requerendo o encaminhamento de expediente aos  
Secretários da SEPLAN e SEFAZ, solicitando informações sobre as contas do FPE e  
do Fundo de Recursos do SUS, FUNDEF e AMPREV; Requerimento nº 0655/03-  
AL, de autoria do Deputado Randolfe Rodrigues, requerendo ao Governador do Estado  
que solicite aos Secretários da SEPLAN e SEFAZ o envio de informações sobre a  
prestação de Contas dos Recursos do FUNDEF; Requerimento nº 0656/03-AL, de  
autoria do Deputado Zezé Nunes, requerendo ao Presidente da Companhia de Água e  
Esgoto do Amapá a colocação de bueiros e abastecimento de água nas Ruas e Avenidas  
Fonte Nova, em Santana; Requerimento nº 0657/03-AL, de autoria do  
Deputado Zezé Nunes, requerendo ao Presidente da Companhia de Água e Esgoto do  
Amapá a colocação de canalização de esgoto na Avenida Tupiniquins, entre as Ruas  
Machado e Hamilton Silva, no Bairro do Beiró; Requerimento nº 0658/03-  
AL, de autoria do Deputado Zezé Nunes, requerendo ao Diretor Presidente do  
Estado do Amapá o envio de relatório da atividade de exploração de madeira no Estado do  
Amapá; Requerimento nº 0659/03-AL, de autoria do Deputado Zezé Nunes, requerendo  
ao Governador do Estado o envio de Infra-Estrutura a drenagem do Canal do Perpétuo Socorro;

*Handwritten signatures and notes on the right side of the page, including a large signature that appears to be 'Ruy Barcellos'.*

Ata da 87ª Sessão Ordinária, página 1  
*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.*





ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Requerimento nº 0660/03-AL, de autoria do Deputado Zezé Nunes, requerendo ao Secretário do Meio Ambiente a fiscalização ambiental dos dejetos e resíduos sólidos despejados no porto do Canal do Perpétuo Socorro; Requerimento nº 0661/03-AL, de autoria do Deputado Joel Banha, requerendo ao Diretor Presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá a ampliação da rede elétrica da Comunidade de Nossa Senhora de Aparecida, mais conhecida como "Vila do Gordo"; Indicação nº 0175/03-AL, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que indica ao Prefeito de Macapá a contratação de médicos para a Unidade de Saúde do Perpétuo Socorro; Indicação nº 0176/03-AL, de autoria do Deputado Joel Banha, que indica ao Secretário de Obras e Serviços Públicos a terraplenagem na Rua Valdomiro Demóstenes Ribeiro, Bairro Jardim Marco Zero.

Iniciada a Comunicação de Oradores, o Deputado Randolfe Rodrigues saudou os Artistas pela Passagem desta data - Dia Nacional da Cultura. Anunciou que esta Casa, em homenagem à data, promoveria debate sobre a lei 0777, que dispõe sobre o incentivo à cultura. Convidou os Deputados a comparecerem no Plenário para participar do referido debate. Congratulou-se com o Governador Waldez Góes por ter sancionado a Lei. Lamentou que tivesse sido exonerada a senhora Socorro Santos da direção da Escola de Música Walquíria Lima. Disse ter consciência de que cargos de confiança eram de livre nomeação e exoneração do Governador, mas que, no entanto, acreditava que por detrás de determinados cargos, havia mais que questões políticas. Comentou sobre a formação profissional da senhora Socorro Santos, questionando o argumento levantado para a substituição da mesma. Disse que tal ato do Governador jamais seria esquecido, sobretudo porque todas as vezes que se ouvisse o hino do Amapá, viria a lembrança de que o Governador Waldez Góes exonerara da Direção da Escola de Música a neta do autor da letra do referido hino, o mestre Oscar Santos. Reportou-se ao falecimento da escritora Raquel de Queiroz, enaltecendo as qualidades observadas em suas obras. Convidou todos os parlamentares desta Casa para um evento artístico que ocorreria na presente data, às 17:00 horas, em homenagem a todos os artistas do Estado. Em seguida, o Deputado Ruy Smith comentou sobre o Projeto de Lei 0015/03-GEA, dizendo que em um comparativo entre os números constantes neste Projeto e as promessas do Governador, verificava que os cofres públicos não suportariam tal programa. Manifestou a certeza de que os recursos destinados à Auditoria não seriam suficientes para que a mesma cumprisse com seu papel. Disse que quando um governo começava a elencar justificativas para não cumprir suas metas era porque sua administração estaria colocando-se na defensiva. Falou que o discurso do atual governador de que o crime se resolvia com harmonia não estava funcionando, pois a violência só vinha aumentando no Estado. Criticou o fato de o governo gastar mais com propaganda do que com a segurança. Lembrou que quando candidato ao governo, talvez por não conhecer a realidade dos problemas no Estado, havia prometido que revolucionaria o setor da segurança. Concedeu aparte ao Deputado Paulo José, o qual disse que o Deputado Ruy Smith tinha razão em estar verificando o Projeto de Lei nº 0015/03-GEA e ressaltou que cabia a esta Casa a aprovação de tal Projeto. Ao prosseguir com seu pronunciamento, o Deputado Ruy Smith comparou os gastos da Vice-Governadoria com a Defesa Social Pública do Estado. Falou que desta forma não seria possível existir desenvolvimento econômico e justiça social. Concedeu aparte ao Deputado Randolfe Rodrigues, o qual destacou que a Vice-Governadoria tinha um orçamento de mais R\$ 700.000,00 e não via problemas em tirar uma parte deste recurso e destinar para a segurança pública ou para o setor social. Ao retomar seu pronunciamento, o Deputado Ruy Smith falou que se necessárias, seriam inseridas a este Projeto de Lei emendas com vistas a melhorá-lo. Falou que a aprovação dessas emendas demonstraria a independência desta Casa. Por sua vez, o Deputado Joel Banha questionou o Deputado Paulo José sobre a prestação de Contas da 40ª Expo-Feira, conforme o mesmo se comprometera em trazer ao Plenário. Reportou-se a um contrato publicado no Diário Oficial com a Empresa SERPOL, dizendo que a Certidão Negativa

*Handwritten signatures and notes on the right margin:*  
 - Top: Large signature, possibly "Ruy Smith".  
 - Middle: "Ruy Smith" written vertically.  
 - Bottom: "Joel Banha" written vertically.  
 - Other illegible signatures and initials.

*Handwritten signature:* João José

*Handwritten signatures at the bottom:* Ruy Smith, Paulo José, Joel Banha



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



da Empresa que lhe dera respaldo para ganhar a licitação havia sido cancelada. Lamentou a exoneração da Professora Socorro Santos da direção da Escola de Música Walquíria Lima. Lamentou também a exoneração da professora Ângela Nunes, da direção da Biblioteca Elcy Lacerda, por desenvolverem um bom trabalho à frente das referidas instituições. Concedeu aparte ao Deputado Paulo José, o qual se comprometeu em levar ao conhecimento do Governador as informações prestadas pelos Deputado Ruy Smith e o Deputado Joel Banha. Ratificou que trairia ao Plenário a prestação de Contas da Expo-Feira tão logo Secretarias de Estado envolvidas no evento concluíssem seus relatórios. Concedeu aparte também ao Deputado Randolfe Rodrigues, que disse considerar um equívoco do Governo a exoneração da Professora Socorro Santos, principalmente por se recordar que o hino do Estado do Amapá fora um dos símbolos mais marcantes da Campanha do Governador Antonio Waldez Góes ao Governo. Apelou aos seus pares que assinassem o requerimento propondo a CPI do IBRAP. Concedeu aparte ainda ao Deputado Ruy Smith, que lamentou a exoneração da professora Socorro Santos, evidenciando a competência profissional da mesma para dirigir a Escola de Música. Falou que assessoria do Governador Antonio Waldez Góes não considerara o histórico da família da Professora, talvez em função das pressões políticas. Disse que tal atitude empobreceria as ações do Governo. Ao retomar seu discurso, o Deputado Joel Banha disse esperar que não se repetisse na Escola de Música o que ocorrera na Biblioteca, recordando-se que quando a Professora Ângela Nunes estava à frente desta, todos os meses eram ali promovidos eventos e, após a mudança da direção, nada havia sido promovido. Posteriormente, o Deputado **Jorge Souza** falou que num futuro bem próximo, o Governador Waldez Góes verificaria o quanto o Governo anterior havia contribuído para este Estado. Teceu comentários acerca do repasse do FPE ao Estado. Falou sobre a saúde e a segurança, as quais, segundo ele, estavam numa situação de extrema dificuldade. Ressaltou que os gastos do Governo com certeza seriam superiores à receita. Concedeu aparte ao deputado Ruy Smith, o qual falou ser necessário conter gastos excessivos para que a gestão do atual Governador pudesse cumprir os compromissos firmados. Concedeu aparte à Deputada Roseli Matos. Falou que o Pronto Socorro estava pedindo socorro por falta de medicamentos. Disse que já havia questionado ao Governador sobre os problemas da Secretaria de Saúde, que não estaria dando respostas à população. Destacou que mais importante que as reformas no pronto Socorro seria a colocação de médicos e medicamentos à disposição da população. Retomando o pronunciamento, o Deputado Jorge Souza discorreu sobre a falta de desenvolvimento na zona sul do Estado. Logo após, o Deputado **Ricardo Soares** lamentou a falta de "quorum" para Ordem do Dia, dizendo que o Regimento Interno estava sendo contrariado, visto que, não constavam na ordem do dia as mesmas matérias da sessão anterior. Disse que se o horário das sessões era a causa, que se mudasse o horário. Lamentou a exoneração da Professora Socorro Santos da direção da Escola de Música. Lamentou ainda que o Mestre Oscar Santos estivesse tão esquecido. Propôs mudança do nome do Centro Danielle Mitterrand para Mestre Oscar Santos. Disse que levaria ao conhecimento do Governador seu descontentamento com a exoneração da professora Socorro Santos. Concedeu aparte ao Deputado Ruy Smith, que disse não esperar que a exoneração da Professora Socorro Santos não soasse apenas como discurso de oposição. Ao retomar seu pronunciamento, o Deputado Ricardo Soares lamentou que o Governador Antonio Waldez Góes continuasse a repetir os maus exemplos dos governos anteriores, comparando os valores destinados a vários órgãos nos orçamentos das administrações anteriores e da atual. Falou que se reuniria com o Governador visando alcançar melhorias para o Estado do Amapá. Concedeu aparte a Deputada Roseli Matos, que externou seu contentamento ao constatar o interesse do Deputado Ricardo Soares em levar ao Governo preocupações da oposição, bem como por lamentar a exoneração da Professora Socorro Santos. Disse que isso demonstrava o

*[Handwritten signatures and notes on the right margin]*  
 Ricardo Soares  
 Ruy Smith  
 Joel Banha  
 Oscar Santos  
 Roseli Matos

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signatures]*



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



Empresa que lhe dera respaldo para ganhar a licitação havia sido cancelada. Lamentou a exoneração da Professora Socorro Santos da direção da Escola de Música Walquíria Lima. Lamentou também a exoneração da professora Ângela Nunes, da direção da Biblioteca Eloy Lacerda, por desenvolverem um bom trabalho à frente das referidas instituições. Concedeu aparte ao Deputado Paulo José, o qual se comprometeu em levar ao conhecimento do Governador as informações prestadas pelos Deputado Ruy Smith e o Deputado Joel Banha. Ratificou que trairia ao Plenário a prestação de Contas da Exposição tão logo Secretarias de Estado envolvidas no evento concluíssem seus relatórios. Concedeu aparte também ao Deputado Randolfe Rodrigues, que disse considerar um equívoco do Governo a exoneração da Professora Socorro Santos, principalmente por se recordar que o hino do Estado do Amapá fora um dos símbolos mais marcantes da Campanha do Governador Antonio Waldez Góes ao Governo. Apelou aos seus pares que apresentassem o requerimento propondo a CPI do IBRAP. Concedeu aparte ainda ao Deputado Ruy Smith, que lamentou a exoneração da professora Socorro Santos, evidenciando a competência profissional da mesma para dirigir a Escola de Música. Falou que assessoria do Governador Antonio Waldez Góes não considerara o histórico da família da Professora, talvez em função das pressões políticas. Disse que tal atitude prejudicaria as ações do Governo. Ao retomar seu discurso, o Deputado Joel Banha disse esperar que não se repetisse na Escola de Música o que ocorreu na Biblioteca, lembrando-se que quando a Professora Ângela Nunes estava à frente desta, todos os meses eram ali promovidos eventos e, após a mudança da direção, nada havia sido promovido. Posteriormente, o Deputado Jorge Souza falou que num futuro, bem próximo, o Governador Waldez Góes verificaria o quanto o Governo anterior havia contribuído para este Estado. Tecer comentários acerca do repasse do FPE ao Estado. Falou sobre a saúde e a segurança, as quais, segundo ele, estavam numa situação de extrema dificuldade. Ressaltou que os gastos do Governo com certeza seriam superiores à receita. Concedeu aparte ao deputado Ruy Smith, o qual falou ser necessário conter gastos excessivos para que a gestão do atual Governador pudesse cumprir os compromissos firmados. Concedeu aparte à Deputada Roseli Matos. Falou que o Pronto Socorro estava pedindo socorro por falta de medicamentos. Disse que já havia questionado ao Governador sobre os problemas da Secretaria de Saúde, que não estaria dando respostas à população. Destacou que mais importante que as reformas no pronto socorro seria a colocação de médicos e medicamentos à disposição da população. Lembrando o pronunciamento, o Deputado Jorge Souza discorreu sobre a falta de envolvimento na zona sul do Estado. Logo após, o Deputado Ricardo Soares mencionou a falta de "quorum" para Ordem do Dia, dizendo que o Regimento Interno estava sendo contrariado, visto que, não constavam na ordem do dia as mesmas matérias da sessão anterior. Disse que se o horário das sessões era a causa, que se mudasse o horário. Lamentou a exoneração da Professora Socorro Santos da direção da Escola de Música. Lamentou ainda que o Mestre Oscar Santos estivesse tão esquecido. Propôs mudança do nome do Centro Danielle Mitterrand para Mestre Oscar Santos. Disse que queria ao conhecimento do Governador seu descontentamento com a exoneração da Professora Socorro Santos. Concedeu aparte ao Deputado Ruy Smith, que disse não queria que a exoneração da Professora Socorro Santos não soasse apenas como discurso de oposição. Ao retomar seu pronunciamento, o Deputado Ricardo Soares lamentou que o Governador Antonio Waldez Góes continuasse a repetir os maus exemplos dos governos anteriores, comparando os valores destinados a vários órgãos nos orçamentos das administrações anteriores e da atual. Falou que se reuniria com o Governador visando alcançar melhorias para o Estado do Amapá. Concedeu aparte a Deputada Roseli Matos, que externou seu contentamento ao constatar o interesse do Deputado Ricardo Soares em levar ao Governo preocupações da oposição, bem como por lamentar a exoneração da Professora Socorro Santos. Disse que isso demonstrava o

*Handwritten signatures and notes on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.*

*Handwritten signature or initials at the bottom left.*

*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.*



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

comprometimento do mesmo com o bem estar da população. Concordou com o Deputado Ricardo Soares quando se colocava contrário às repetições dos erros dos governos anteriores. Elogiou-o pela coerência que demonstrava. Em seguida, o Deputado Jaci Amanajás falou que por questões éticas não comentaria sobre a exoneração da Professora Socorro Santos, tendo em vista que a mesma era irmã de sua esposa. Comentou que as trocas dos cargos seriam legais, entretanto era necessário que tal substituição fosse pelo menos por alguém que tivesse competência, pois uma troca errada traria conseqüências negativas ao povo do Estado. Disse concordar com o Deputado Ricardo Soares quanto a esta Casa não ser uma extensão do Poder Executivo mais um poder independente. Lamentou que o atendimento básico à população, que deveria ser prioridade, estava prejudicado no setor da saúde. Concedeu aparte ao Deputado Ruy Smith, que ressaltou as prioridades na saúde, as quais estariam sendo postas de lado. Ao continuar seu pronunciamento, o Deputado Jaci Amanajás disse ser possível o transplante de rim no Estado, mas tornava a dizer que o atendimento básico deveria ser priorizado e depois deveria se avançar na questão dos transplantes. Criticou o fato de estar havendo constantemente a falta de "quorum" para que as sessões pudessem ocorrer. Posteriormente, o Deputado Paulo José disse que após o debate na presente sessão, a população teria certeza de que governo estava sendo fiscalizado. Disse que o Mestre Oscar Santos deveria ser lembrado por suas músicas e suas obras. Reportou-se às colocações do Deputado Ricardo Soares para que, por uma questão de reflexão, se mostrasse ao Governador que a professora Socorro Santos vinha sendo um baluarte da cultura no Estado do Amapá. Disse ter sido opositor ao ex-Governador João Alberto Capiberibe, justificando-se. Disse considerar que os Deputados de oposição estavam dando grande contribuição ao Governador Antonio Waldez Góes ao apresentarem de forma coerente as denúncias nesta Casa. Comentou a respeito do Projeto de Lei dispendo sobre o orçamento. Concedeu aparte ao Deputado Ruy Smith, que se reportou ao sentimento que o Deputado Paulo José nutria por João Alberto Capiberibe, lamentando que fosse algo tão negativo. Disse que esta Casa tinha sensibilidade às necessidades da população. Ao retomar seu pronunciamento, o Deputado Paulo José ratificou o sentimento de ódio que nutria por João Alberto Capiberibe pelo constrangimento que impusera a esta Casa e aos seus membros, bem como a tantas outras pessoas do Estado pelo caos instaurado no Estado ao adotar o PDSA. Mencionou a tentativa de João Alberto Capiberibe de denegrir sua imagem. Assim, disse esperar justificar a razão de seu ódio pelo mesmo. Passando-se a **Ordem do Dia**, foi constatada a falta de "quorum" para dar continuidade à sessão, tendo o Presidente suspenso a mesma pelo prazo regimental. Retomados os trabalhos, e persistindo a falta de "quorum", o Presidente encerrou a presente sessão. Para constar lavrou-se a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos que a ela deram origem. Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, às doze horas do dia cinco de novembro de dois mil e três.

*Quando for Pares*

*Blade*  
*Paulo José*  
*Ruy Smith*  
*Jaci Amanajás*  
*Ricardo Soares*  
*Oscar Santos*  
*Presidente*



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



comprometimento do mesmo com o bem estar da população. Concordou com o Deputado Ricardo Soares quando se colocava contrário às repetições dos erros dos governos anteriores. Elogiou-o pela coerência que demonstrava. Em seguida, o Deputado Jaci Amanajás falou que por questões éticas não comentaria sobre a exoneração da Professora Socorro Santos, tendo em vista que a mesma era irmã de sua esposa. Comentou que as trocas dos cargos seriam legais, entretanto era necessário que tal substituição fosse pelo menos por alguém que tivesse competência, pois uma troca errada traria conseqüências negativas ao povo do Estado. Disse concordar com o Deputado Ricardo Soares quanto a esta Casa não ser uma extensão do Poder Executivo mais um poder independente. Lamentou que o atendimento básico à população, que deveria ser prioridade, estava prejudicado no setor da saúde. Concedeu aparte ao Deputado Ruy Smith, que ressaltou as prioridades na saúde, as quais estariam sendo postas de lado. Ao continuar seu pronunciamento, o Deputado Jaci Amanajás disse ser possível o transplante de rim no Estado, mas tornava a dizer que o atendimento básico deveria ser priorizado e depois deveria se avançar na questão dos transplantes. Criticou o fato de estar havendo constantemente a falta de "quorum" para que as sessões pudessem ocorrer. Posteriormente, o Deputado Paulo José disse que após o debate na presente sessão, a população teria certeza de que governo estava sendo fiscalizado. Disse que o Mestre Oscar Santos deveria ser lembrado por suas músicas e suas obras. Reportar-se às colocações do Deputado Ricardo Soares para que, por uma questão de reflexão, se mostrasse ao Governador que a professora Socorro Santos vinha sendo um baluarte da cultura no Estado do Amapá. Disse ter sido opositor ao ex-Governador João Alberto Capiberibe, justificando-se. Disse considerar que os Deputados de oposição estavam dando grande contribuição ao Governador Antonio Waldez Góes ao apresentarem de forma coerente as denúncias nesta Casa. Comentou a respeito do Projeto de Lei dispondo sobre o orçamento. Concedeu aparte ao Deputado Ruy Smith, que se reportou ao sentimento que o Deputado Paulo José nutria por João Alberto Capiberibe, lamentando que fosse algo tão negativo. Disse que esta Casa tinha sensibilidade às necessidades da população. Ao retomar seu pronunciamento, o Deputado Paulo José ratificou o sentimento de ódio que nutria por João Alberto Capiberibe pelo constrangimento que impusera a esta Casa e aos seus membros, bem como a tantas outras pessoas do Estado pelo caos instaurado no Estado ao adotar o PDSA. Mencionou a tentativa de João Alberto Capiberibe de denegrir sua imagem. Assim, disse esperar justificar a razão de seu ódio pelo mesmo. Passando-se a Ordem do Dia, foi constatada a falta de "quorum" para dar continuidade à sessão, tendo o Presidente suspenso a mesma pelo prazo regimental. Retomados os trabalhos, e persistindo a falta de "quorum", o Presidente encerrou a presente sessão. Para constar lavrou-se a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos que a ela deram origem. Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, às doze horas do dia cinco de novembro de dois mil e

*Quando for possível*

*plgdc*

*Paulo José*

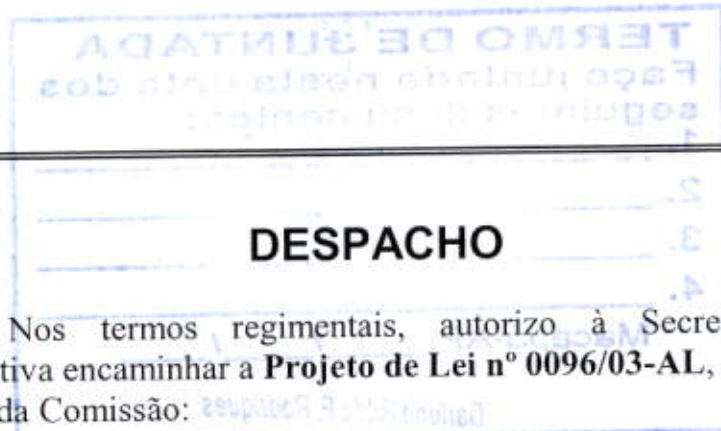
*Ruy Smith*



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



PROJETO DE LEI Nº 0096/03-AL



**DESPACHO**

Nos termos regimentais, autorizo a Secretaria Legislativa encaminhar a **Projeto de Lei nº 0096/03-AL**, para exame da Comissão:

**01 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO – CJR.**

Macapá – AP, 04 de novembro de 2003.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente





ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Ofício nº  
1158/03-SELEG-AL

Macapá-AP,  
06 de novembro de 2003.

Senhor Presidente,

Cumprindo determinação do Presidente desta Casa Legislativa, segue anexa a cópia, devidamente autenticada, da(s) proposição(ões) abaixo discriminada(s), para emissão de parecer técnico por parte dessa Comissão, dentro do prazo estabelecido no art. 53 do Regimento Interno:

Tipo de Prop.	Nº Proposição	Ementa	Autor:
PROJETO DE LEI	0096/03-AL	Altera o Art. 2º da Lei Nº 0339, de 22 de dezembro de 1997, que institui o Programa de Remuneração Variável - PRV e dá outras providências.	RAIMUNDA BEIRÃO
PROJETO DE LEI	0097/03-AL	Autoriza o Poder Executivo a prorrogar o prazo de adesão ao PREFIS, instituído pela Lei 768 de 21 de Julho de 2003.	LUCAS BARRETO

Sendo o que se apresenta, renovo protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

  
LUIZ HENRIQUE DE BRITO COSTA  
Secretário Legislativo

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado **EDINHO DUARTE**

DD. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá.

NESTA



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Ofício nº  
1158/03-SELEG-AL

Macapá-AP,  
06 de novembro de 2003.

Senhor Presidente,

Cumprindo determinação do Presidente desta Casa Legislativa, segue anexa a cópia, devidamente autenticada, da(s) proposição(ões) abaixo discriminada(s), para emissão de parecer técnico por parte dessa Comissão, dentro do prazo estabelecido no art. 53 do Regimento Interno:

Tipo de Prop.	Nº Proposição	Tema	Autor:
PROJETO DE LEI	0096/03-AL	Altera o Art. 2º da Lei Nº 0339, de 22 de dezembro de 1997, que institui o Programa de Remuneração Variável - PRV e dá outras providências.	RAIMUNDA BEIRÃO
PROJETO DE LEI	0097/03-AL	Autoriza o Poder Executivo a prorrogar o prazo de adesão ao PREFIS, instituído pela Lei 768 de 21 de Julho de 2003.	LUCAS BARRETO

Sendo o que se apresenta, renovo protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

  
LUIZ HENRIQUE DE BRITO COSTA  
Secretário Legislativo

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado EDINHO DUARTE  
DD. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia  
Legislativa do Estado do Amapá.

NESTA

Página 1  
Recebi  
Em 06/11/03  
às 12:20hs  
[Signature]



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



**TERMO DE RECEBIMENTO**

Certifico que recebi nesta data o presente **PL nº 0096/03-AL**, do que para constar lavrei o presente termo.

Macapá-AP, 06 de novembro de 2003

  
**SANDRA ALCANTARA**  
Coordenadora

**TERMO DE DISTRIBUIÇÃO**

Distribuo o presente Projeto ao Deputado **MANOEL MANDI**, para relatoria da matéria.


Macapá-AP, 11 de novembro de 2003.

  
Deputado **EDINHO DUARTE**  
Presidente

**TERMO DE REMESSA**

Nesta data remeto o presente Projeto ao Deputado constante no Termo de Distribuição.

Macapá-AP, 11 de novembro de 2003.

  
**SANDRA ALCANTARA**  
Coordenadora



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



**TERMO DE RECEBIMENTO**

Certifico que recebi nesta data o presente PL nº 0096/03-AL, do que para constar lavrei o presente termo.

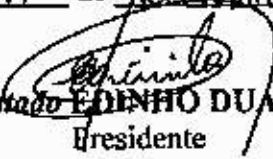
Macapá-AP, 06 de novembro de 2003

  
SANDRA ALCANTARA  
Coordenadora

**TERMO DE DISTRIBUIÇÃO**

Distribuo o presente Projeto ao Deputado MANOEL MANDI, para relatoria da matéria.

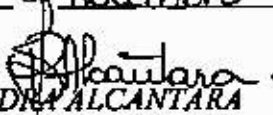
Macapá-AP, 11 de novembro de 2003.

  
Deputado EDINHO DUARTE  
Presidente

**TERMO DE REMESSA**

Nesta data remeto o presente Projeto ao Deputado constante no Termo de Distribuição.

Macapá-AP, 11 de novembro de 2003.

  
SANDRA ALCANTARA  
Coordenadora



**Parecer nº 0177/03-CJR/AL**

<b>PROPOSIÇÃO:</b> Projeto de Lei nº 0096/03-AL.	<b>AUTOR:</b> Deputada RAIMUNDA BEIRÃO
<b>EMENTA:</b> ALTERA O ART. 2º DA LEI Nº 399, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1997, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - PRV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	<b>RELATOR:</b> Deputado MANOEL MANDI

**I – HISTÓRICO:**

Trata da análise e emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 0096/2003-AL, de iniciativa da Ilustre Deputada Raimunda Beirão, alterando a redação do Art. 2º, da Lei 399/97, que instituiu o Programa de Remuneração Variável – PRV no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde.

O projeto de Lei, ora em análise, sem embargo do alcance social da proposta, é inconstitucional.

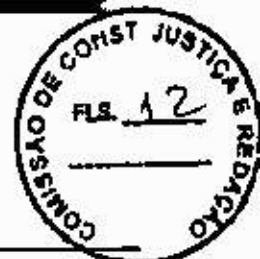
A proposta insurge-se contra preceitos da Constituição do Estado, invadindo a competência privativa e a competência exclusiva do Governador do Estado, preconizadas pelos Art. 119, inciso XXV e Art. 104, parágrafo único, incisos II e V.

Com efeito, ao acrescentar a categoria dos auxiliares na área de saúde, que diz respeito à estrutura de atribuições da Secretaria de Estado da Saúde. O projeto, em razão da iniciativa parlamentar, adentra na organização e funcionamento da administração estadual, prevista no Art. 119, inciso XXV, da Constituição do Estado:

**Art. 119 – Compete privativamente ao Governador do Estado, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:**

.....  
**XXV – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual.**

Mesmo no campo da iniciativa de leis, lê-se nos incisos II e V do parágrafo único do Art. 104, da Constituição Estadual que:



**Parecer nº 0177/03-CJR/AL**

<b>PROPOSIÇÃO:</b> Projeto de Lei nº 0096/03-AL.	<b>AUTOR:</b> Deputada RAIMUNDA BEIRÃO
<b>EMENTA:</b> ALTERA O ART. 2º DA LEI Nº 399, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1997, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - PRV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	<b>RELATOR:</b> Deputado MANOEL MANDI

**I – HISTÓRICO:**

Trata da análise e emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 0096/2003-AL, de iniciativa da Ilustre Deputada Raimunda Beirão, alterando a redação do Art. 2º, da Lei 399/97, que instituiu o Programa de Remuneração Variável – PRV no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde.

O projeto de Lei, ora em análise, sem embargo do alcance social da proposta, é inconstitucional.

A proposta insurge-se contra preceitos da Constituição do Estado, invadindo a competência privativa e a competência exclusiva do Governador do Estado, preconizadas pelos Art. 119, inciso XXV e Art. 104, parágrafo único, incisos II e V.

Com efeito, ao acrescentar a categoria dos auxiliares na área de saúde, que diz respeito à estrutura de atribuições da Secretaria de Estado da Saúde. O projeto, em razão da iniciativa parlamentar, adentra na organização e funcionamento da administração estadual, prevista no Art. 119, inciso XXV, da Constituição do Estado:

**Art. 119 – Compete privativamente ao Governador do Estado, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:**

.....  
**XXV – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual.**

Mesmo no campo da iniciativa de leis, lê-se nos incisos II e V do parágrafo único do Art. 104, da Constituição Estadual que:

*[Handwritten signatures and initials]*



**Parágrafo único** – São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

**II** – criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Estado ou aumento de sua remuneração.

**V** – criação, estruturação, e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública estadual.

E mais:

Como a proposta acarreta despesa, ainda em razão da iniciativa fere a disposição do Art. 105, inciso I:

**Art. 105** – Não será admitido aumento de despesa prevista:

**I** – nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvado o disposto no Art. 176, §§ 3º e 4º, desta Constituição.

Pelo acima exposto a proposta da nobre Deputada não tem condições de admissibilidade, apesar do seu alcance social.

**II – VOTO DO RELATOR:**

Ante o exposto, opino pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei por inconstitucionalidade.

É o Parecer, s.m.j.

  
Deputado Manoel Mandi  
Relator



*Parágrafo único* – São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II – criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Estado ou aumento de sua remuneração.

V – criação, estruturação, e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública estadual.

E mais:

Como a proposta acarreta despesa, ainda em razão da iniciativa fere a disposição do Art. 105, inciso I:

**Art. 105 – Não será admitido aumento de despesa prevista:**

I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvado o disposto no Art. 176, §§ 3º e 4º, desta Constituição.

Pelo acima exposto a proposta da nobre Deputada não tem condições de admissibilidade, apesar do seu alcance social.

**II – VOTO DO RELATOR:**

Ante o exposto, opino pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei por inconstitucionalidade.

É o Parecer, s.m.j.

  
Deputado Manoel Mandi  
Relator



### III – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, em reunião realizada nesta data, decidiu pela aprovação do Parecer do relator ao **Projeto de Lei nº 0096/03-AL**.

Macapá, 08 de dezembro de 2003.

  
Deputado **EDINHO DUARTE**  
Presidente/PMDB

  
Deputado **ALEXANDRE BARCELLOS**  
PFL

  
Deputado **MANOEL MANDI**  
PV

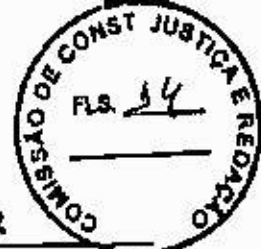
  
Deputado **DALTO MARTINS**  
PMDB

  
Deputado **RICARDO SOARES**  
PT do B



Estado do Amapá  
Assembleia Legislativa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CJR



### III – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, em reunião realizada nesta data, decidiu pela aprovação do Parecer do relator ao Projeto de Lei nº 0096/03-AL.

Macapá, 03 de dezembro de 2003.

  
Deputado EDINHO DUARTE  
Presidente/PMDB

  
Deputado ALEXANDRE BARCELLOS  
PSL

  
Deputado MANOEL MANDI  
PV

  
Deputado DALTO MARTINS  
PMDB

  
Deputado RICARDO SOARES  
PT do B



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ofício nº  
0071/03-CJR-AL

Macapá-AP,  
17 de dezembro de 2003

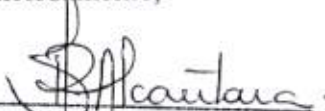
**Senhor Secretário,**

Cumprindo o que dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, encaminho a Vossa Senhoria os Pareceres desta Comissão referente aos Projetos abaixo especificados:

Nº Parecer	Referente à	Nº Proposição	Ementa
0164/03-CJR-AL	PROJETO DE LEI	0081/03-AL	Dispõe sobre a disponibilização na Internet de informações relativas aos atos, contratos e licitações, no âmbito do Poder Público do Estado do Amapá.
0177/03-CJR-AL	PROJETO DE LEI	0096/03-AL	Altera o Art. 2º da Lei Nº 0339, de 22 de dezembro de 1997, que institui o Programa de Remuneração Variável - PRV e dá outras providências.

Sendo o que se apresenta para o momento, queira aceitar votos de consideração.

Atenciosamente,

  
Sandra Regina M. M. Alcantara  
Coordenadora das Comissões / AL

Ao Ilustríssimo Senhor  
**LUIZ HENRIQUE DE BRITO COSTA**  
Md. Secretário Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá

NESTA



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ofício nº  
0071/03-CJR-AL

Macapá-AP,  
17 de dezembro de 2003

Senhor Secretário,

Cumprindo o que dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, encaminho a Vossa Senhoria os Pareceres desta Comissão referente aos Projetos abaixo especificados:

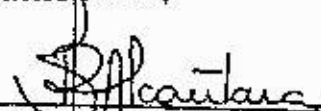
Nº Parecer	Referente à	Nº Proposição	Ementa
0164/03-CJR-AL	PROJETO DE LEI	0081/03-AL	Dispõe sobre a disponibilização na Internet de informações relativas aos atos, contratos e licitações, no âmbito do Poder Público do Estado do Amapá.

0177/03-CJR-AL	PROJETO DE LEI	0098/03-AL	Altera o Art. 2º da Lei Nº 0339, de 22 de dezembro de 1997, que institui o Programa de Remuneração Variável - PRV e dá outras providências.
----------------	----------------	------------	---

**COPIA**  
**EM**

Sendo o que se apresenta para o momento, queira aceitar votos de consideração.

Atenciosamente,

  
Sandra Regina M. M. Alcantara  
Coordenadora das Comissões / AL

Ao Ilustríssimo Senhor  
**LUIZ HENRIQUE DE BRITO COSTA**  
Md. Secretário Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá

NESTA



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



PROJETO DE LEI Nº 0096/03-AL.

**DESPACHO**

Nos termos do art. 155 do RI, determino o arquivamento da presente proposição.

Macapá-AP, 09 de fevereiro de 2007.

---

**PAULO MELÉM**  
Secretário Legislativo



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



PROJETO DE LEI Nº 0096/03-AL.

**DESPACHO**

Nos termos do art. 155 do RI, determino o arquivamento da presente proposição.

Macapá-AP, 09 de fevereiro de 2007.

---

**PAULO MELÉM**  
Secretário Legislativo



**ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**TERMO DE ENCERRAMENTO**

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, na Secretaria Legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, efetuei o encerramento deste processo, referente ao Projeto de Lei nº 0096/03-AL, do que faço este termo nesta última folha de nº 57. Eu, Darlene Rilda Pereira Rodrigues, servidora desta Secretaria, o subscrevo.

Darlene



ESTADO DO AMAPÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



**TERMO DE ENCERRAMENTO**

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, na Secretaria Legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, efetuei o encerramento deste processo, referente ao Projeto de Lei nº 0096/03-AL, do que faço este termo nesta última folha de nº 57. Eu, Darlene Rilda Pereira Rodrigues, servidora desta Secretaria, o subscrevo.

  
\_\_\_\_\_